

Paulo Coelho: Escritor vai patrocinar festival de jazz vetado na Lei Rouanet pela Funarte

SEGUNDO CADERNO

Apoio. Paulo Coelho anunciou R\$ 145 mil para evento na Bahia

O GLOBO



Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 2021 ANO XCVI - Nº 32.119 - PREÇO DESTE EXEMPLAR NO RJ - R\$ 5,00 2ª EDIÇÃO

PRESIDENTE INTERNADO

Bolsonaro é transferido para SP com obstrução intestinal

Problema causou crise de soluços; cirurgia ainda não está prevista

Internado desde a madrugada anterior no Hospital das Forças Armadas, em Brasília, após sentir dores abdominais, o presidente Jair Bolsonaro foi transferido na noite de ontem para o Hospital Vila Nova Star, em São Paulo. Bolsonaro teve diagnosticada uma obstrução intestinal, decorrente da facada que levou durante a campanha eleitoral em 2018. Depois de analisar os exames laboratoriais e de imagem, os médicos que o acompanham decidiram por um "tratamento clínico conservador", descartando, de início, uma cirurgia de emergência, que pode voltar à pauta caso as medidas não deem resultado. Segundo médicos, esse tipo de blo-



Leito hospitalar. Perfil do presidente publicou foto

queio intestinal costuma ocorrer em quem já passou por operação na região, como é o caso de Bolsonaro, que ontem foi assistido pelo cirurgião Antonio Luiz de Macedo, o mesmo que o operou há três anos. O quadro de obstrução também é apontado como a provável causa da crise de soluços que o presidente vem relatando há mais de dez dias. Bolsonaro chegou a ir ao hospital de Brasília na madrugada de sábado por causa dos soluços persistentes, foi medicado e dormiu. Durante o dia, o presidente agradeceu em rede social o apoio recebido e lembrou o "atentado cruel" que sofreu em Juiz de Fora, citando PSOL e PT. PÁGINAS 4 e 6

Cai ocupação de UTI, mas Fiocruz pede cautela

Dados do Observatório Covid-19, da Fiocruz, mostram redução na ocupação de leitos de UTI pela primeira vez desde novembro: nenhum estado tem taxa superior a 90%. Casos e mortes caem há três semanas, mas cientistas alertam que patamar ainda é muito alto, assim como letalidade. PÁGINA 10

CÂMARA ÍNDIA BRASIL

Pagamento de R\$ 1 milhão da Precisa entra na mira da CPI PÁGINA 8

AMEAÇA ÀS ELEIÇÕES

Cresce cobrança para que Aras investigue Bolsonaro PÁGINA 9

SÓ COM AVAL DA ANVISA

Queiroga descarta Covaxin e diz que país tem doses suficientes PÁGINA 12

A imagem de um país em chamas



Um bebê é atirado pela mãe de um prédio incendiado por manifestantes em Durban, na África do Sul. A criança se salvou, mas o país já acumula 72 mortos e há risco de faltarem alimentos e combustíveis. Os protestos começaram há sete dias e tiveram como estopim a prisão do ex-presidente Jacob Zuma. PÁGINA 22

Europa anuncia primeiro plano de transição à economia verde

A Europa deu ontem o primeiro passo concreto contra a crise climática e rumo à economia verde. O órgão executivo da União Europeia anunciou plano para reduzir a emissão de gases poluentes em ao menos 55% até o fim da década. As medidas, que serão debatidas pelos 27 países que integram o bloco, incluem veto à venda de carros movidos a diesel ou gasolina a partir de 2035, cobrança às companhias aéreas por emissões e alterações na calefação das moradias. A UE é responsável por 7,5% das emissões de carbono, atrás de China (26,7%) e EUA (12,6%). PÁGINA 21

LIBERTADORES

Renato estreia com vitória no Flamengo

No primeiro jogo sob o comando do treinador, o rubro-negro bateu o Defensa y Justicia na Argentina por 1 a 0, gol de Michael. O goleiro Diego Alves garantiu o placar. PÁGINA 24

EDITORIAL

CONGRESSO PRECISA APROVAR LOGO A 'PEC DO PAZUELLO' PÁGINA 2

MERVAL PEREIRA

Ministros da Defesa militares distorcem sentido da pasta PÁGINA 2

CORA RÓNAI

Insatisfação popular saiu do armário em Cuba SEGUNDO CADERNO

MÍRIAM LEITÃO

Reforma tributária vai tirar renda da classe C PÁGINA 18

Proposta da tributária tem outra reviravolta

Deputado Celso Sabino (PSDB-PA) estuda reduzir de R\$ 20 mil para R\$ 2,5 mil a faixa de isenção na distribuição de dividendos, para todas as empresas. Perda de arrecadação de R\$ 30 bilhões prevista no relatório de Sabino preocupa especialistas em contas públicas. PÁGINAS 17 e 18

Rio planeja central para conter milícias

A prefeitura divulga hoje um plano estratégico para a cidade, com investimentos de R\$ 13,9 bilhões até o fim de 2024. Entre as medidas previstas estão a criação de uma central para conter o avanço das ocupações da milícia, o incentivo a moradias no Centro e a ampliação da cobertura das clínicas de família. PÁGINA 13

Entrevistado no Supremo Xadrez



— Bom proveito!

OLIMPIADA DE TÓQUIO

Surto de Covid em hotel preocupa judô brasileiro

Novo funcionários do hotel no Japão onde estão judocas brasileiros foram diagnosticados com o vírus. No entanto, COB não tem intenção de realocá-los. COI divulgou normas para a premiação no pódio: atletas terão que usar máscaras, e cumprimentos estão vetados. PÁGINA 26

Economia



PRONAMPE
Recursos emprestados somam 30%
Em apenas uma semana, programa de crédito já liberou R\$ 7,6 bilhões



Impacto. Relator estuda fazer emenda ao relatório para desestimular a pejetização. A redução da faixa de isenção na taxaço de dividendos tem impacto negativo de até R\$ 3 bilhões para o governo

REFORMA TRIBUTÁRIA

NOVA REVIRAVOLTA NA PROPOSTA

Relator avalia reduzir isenção de R\$ 20 mil para R\$ 2,5 mil na taxaço de dividendos

GERALDA DOCA, JOÃO SORIMA NETO, GABRIEL SHINOHARA E ELIANE OLIVEIRA
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E SÃO PAULO

O relator da proposta de reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), disse ao GLOBO que estuda fazer uma nova alteração no parecer apresentado na Câmara na última terça-feira. A ideia agora é reduzir a faixa de isenção na distribuição de dividendos de R\$ 20 mil para R\$ 2,5 mil mensais para todos os tipos de empresas.

Pelo texto original do governo, mantido no relatório, a faixa de isenção só seria aplicada para micro e pe-

quenas empresas enquadradas no Simples Nacional. Caso a proposta seja aprovada sem alterações, quem receber dividendos de uma grande empresa, como Vale ou Petrobras, por exemplo, seria afetado pela taxaço de 20%, explicou Sabino.

PROFISSIONAIS LIBERAIS

A mudança também afetaria profissionais liberais, como médicos e advogados que têm CNPJ. Na distribuição de dividendos da empresa, qualquer valor superior a R\$ 2,5 mil por mês seria tributado em 20%.

O ajuste poderá ser feito por meio de uma emenda ao relatório e teria impacto negativo para o governo entre

R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões. Isso porque a base de isenção seria ampliada, ao incluir empresas fora do Simples.

Sabino disse que a versão original da reforma estimularia a “pejetização”. Uma empresa que pretendesse distribuir aos sócios R\$ 60 mil, por exemplo, poderia ser incentivada a criar outras três e transferir R\$ 20 mil em cada CNPJ, fugindo assim da taxaço.

Na nova versão que o relator quer propor, haveria um desestímulo, pois a faixa de isenção do tributo seria menor. Quem quisesse fugir da mordida do IR teria que abrir muito mais CNPJs.

O governo pro-

pôs tributar lucros e dividendos e acabar com o mecanismo de Juros Sobre Capital Próprio (usado pelas empresas para remunerar acionistas) como forma de compensar a queda do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

Segundo o deputado, o parecer com os ajustes à proposta original do Executivo foi bem aceito pelos

Mudança.
Sabino diz que tenta evitar “pejetização”



NAJARA ARAUJO / CÂMARA DOS DEPUTADOS

parlamentares e tem condições de ser apreciado antes do recesso, caso seja pautado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Ele admitiu que o texto poderá ser modificado até a votação pelo plenário, mas que qualquer mudança significativa terá que ser acompanhada de medidas de compensação.

— Não podemos ser irresponsáveis. A gente propôs ajustes, estamos reduzindo o Imposto de Renda das empresas com base na redução de alguns benefícios — afirmou.

O relatório reduz a carga tributária em R\$ 30 bilhões em 2023 — o equivalente ao orçamento de um Bolsa Família. O valor, segundo o deputado, será recomposto

com a expectativa de aumento na arrecadação com a retomada da atividade econômica. O rombo, porém, causa preocupação na avaliação de economistas que acompanham as contas públicas.

Para Caio Augusto Takano, professor do curso de especialização em Compliance do Ibme/SP e do Mackenzie, a mudança em avaliação pelo relator sobre taxaço de dividendos pode ter resultado diferente do esperado. Takano pondera que se trata de uma forma simplista de avaliar os impactos da taxaço.

— Primeiro, para uma empresa já estabelecida é difícil segregar as atividades, funcionários e maquinário em outra empresa. Não é tão simples assim. Não é apenas a mera criação de um CNPJ. E a Receita Federal já controla a vida financeira da empresa, se tem ativos distintos, por exemplo — explica Takano.

‘20 MIL SUPER-RICOS’

O professor afirma que profissionais liberais são afetados pela medida:

— O setor de serviços certamente será afetado. Lembrando que ele é o que sofre maior taxaço, seja no regime de lucro presumido ou no Simples Nacional em comparação com o comércio.

Além disso, na avaliação do especialista, ampliar a base de taxaço com empresas fora do Simples pode onerar muito a pequena empresa. Ele avalia que a taxaço linear de 20% para quem recebe R\$ 2,5 mil ou R\$ 50 mil em dividendos não está alinhada com a progressividade das faixas de incidência do Imposto de Renda.

— A proposta prevê a taxaço de 20% para todo mundo. Não é alinhado com a ideia de progressividade do IR (quem ganha mais, paga mais) — afirma.

Durante uma transmissão ao vivo realizada pelo jornal Valor Econômico, o ministro Paulo Guedes, defendeu a ideia de taxar dividendos, que até então eram isentos no país. Segundo ele, a mudança fará 20 mil “super-ricos” pagarem impostos. A declaração leva em conta o texto apresentado pelo relator na terça-feira, antes da perspectiva de nova reviravolta na proposta.

— O que está acontecendo é que 31 milhões de declarantes brasileiros, pessoas físicas, tiveram incidência de imposto reduzida — afirmou, em referência aos termos da proposta, como a correção da tabela do IR. — Certamente 20 mil brasileiros super-ricos vão pagar impostos sobre dividendos.

Estados e municípios calculam perdas de até R\$ 27 bi

Arrecadação do Imposto de Renda das empresas é compartilhada com governos locais. Receita com fim de subsídio fica só com a União

GERALDA DOCA E JOÃO SORIMA NETO
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E SÃO PAULO

Os secretários estaduais de Fazenda já preparam uma ofensiva contra o relatório da proposta do Imposto de Renda (IR), apresentado pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA). O presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Rafael Fonteles, disse que,

caso o projeto seja aprovado pelo Congresso, estados e municípios terão perda de R\$ 27 bilhões.

O plano é acionar as bancadas contra a aprovação do texto pela Câmara.

No parecer, o relator propõe reduzir pela metade, de 25% para 12,5%, a alíquota do IR das empresas. Ao diminuir o bolo da arrecadação do IR das empresas, isso afeta diretamente governos locais, pois essa re-

ceita é compartilhada via Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Para o governo federal, porém, a queda de arrecadação terá como compensação o fim do subsídio, que resultava em pagamento menor de PIS e Cofins, em setores como produtos químicos, farmacêuticos, perfumaria, higiene, embarcação e aeronaves. Esta receita não é compartilhada.

— Como a gente vai continuar financiando as políticas públicas? A gente vai se manifestar formalmente contra esse relatório — disse Fonteles.

Os municípios se mobilizam contra a proposta e cobram mudanças em impostos que não são compartilhados. Em nota, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) disse que o relator “exagerou na dose e se desvirtuou” dos objetivos, diante do clamor pela redução da carga tributária.

“A entidade faz um chamado aos parlamentares comprometidos com o municipalismo e a justiça fiscal a reprovarem o texto. Se o Congresso Nacional deseja reduzir a carga tributária do país, que o faça preferencialmente reduzindo a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas e os tributos sobre o consumo, que são muito altos no Brasil. Mas não promova uma deterioração na receita do IR”, diz a nota.

Para o economista Bernard Appy, fundador do Centro de Cidadania Fiscal, o relator fez “bondade com chapéu alheio” e dos R\$ 30 bilhões de redução de carga, R\$ 23 bilhões virão de estados e municípios.



TER_Miriam Leitão_QUA_Zeina Latif QUI_Miriam Leitão_SEX_Rogério Werneck (quizenal)_Fabio Giambiagi (quizenal)_SÁB_Carlos Góes (quizenal)_Cláudio Ferraz (mensal)_Vilma Pinto (mensal)_DOM_Miriam Leitão

MÍRIAM LEITÃO



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
 miriamleitao@oglobo.com.br
 Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



Reforma vai tirar R\$ 10 bi da classe C

A proposta de reforma tributária vai tirar R\$ 10 bilhões por ano da classe C. A afirmação é do ex-secretário da Receita Everardo Maciel, ao analisar o projeto da mudança no Imposto de Renda. O deputado Celso Sabino (PSDB-PA) melhorou vários pontos da reforma, na avaliação de economistas e do mercado financeiro, mas esse ponto que atinge uma parcela dos contribuintes da classe média não foi retirado. “Cortar as unhas do demônio não o transforma em anjo não”, diz Maciel, que discorda das mudanças, mesmo na versão do substitutivo:

— O desconto padrão pode ser usado por qualquer um, mas ele é mais vantajoso para quem ganha até R\$ 83.777 por ano. Agora, a fai-

xa entre R\$ 40 mil e R\$ 83 mil não poderá fazer o desconto padrão. Se eles fazem hoje é porque é a melhor opção, então todos nesse grupo terão aumento de carga. Quem é essa faixa? O IBGE a classifica como classe C. O projeto tira R\$ 10 bi da classe C e acaba com o vale-alimentação.

Esse é de fato o pior defeito do projeto. Ele saiu do governo tão feio que foi imediatamente abandonado. Ontem, em live no “Valor”, o ministro Paulo Guedes se comportou como se não tivesse saído da equipe dele, e com a sua chancela, o projeto que agora o Congresso tenta consertar. “Tinha coisa que estava guardada no armário aqui há 10 anos, esperando a hora de ser usada. Aí foram lá e jogaram. Nós removemos.” Essa é uma versão delirante dos fatos. O Ministério da Economia colocou os erros no projeto e o ministro é o responsável.

Sabino defende a manutenção da limitação da declaração simplificada, que vai atingir a classe média, porque diz que só afetará mesmo quem não tiver filho, INSS, plano de saúde para descontar. O fato é que se a Receita prevê arrecadação extra de R\$ 10 bi com essa medida é porque há aumento da carga para esse grupo.

Everardo Maciel discorda da taxaço de dividendos, que, no entanto, o mercado já está aceitando. Maciel explica que, na sua visão, já existe essa taxaço na prática:

— Dividendo é tributado na empresa. Quando você investe numa empresa espera retorno,

porque é investimento e não doação. Esse retorno é traduzido em dividendo. É a materialização do retorno que já é tributado na Pessoa Jurídica. Pode-se tributar só na empresa, só na distribuição ou nos dois. Quando o Brasil tributava dividendo, surgiu uma coisa difícil de fiscalizar que era a distribuição disfarçada de lucro.

Isso acontece quando as contas pessoais dos sócios são pagas pela empresa, e de forma disfarçada está se fazendo distribuição de lucro. Fiscalizar isso é uma trabalheira. Maciel acha também que na prática acaba o lucro presumido, porque essa empresa terá que pagar dividendo. Ele acha injusto pela comparação entre as duas formas de pagamento de imposto, mas o lucro presumido tem duas vantagens: simplicidade e segurança jurídica.

— No lucro real, você não paga se der prejuízo. No presumido, paga de qualquer jeito. O que for prejuízo vira crédito no lucro real. No presumido, nada pode ser compensado. No lucro real pode ter incentivo fiscal, no presumido, não. E por que muita gente escolhe o presumido? Porque é simples e não tem litígio. Todos os litígios hoje estão no lucro real — explicou.

No mercado financeiro há muita gente alivia-

da depois do substitutivo de Sabino, porque “muitos bodes saíram da sala”, como me disse um operador. O maior bode saiu com a forte redução do IRPJ. Na versão do governo haveria um brutal aumento de carga tributária. Agora, o relator falou em perda de R\$ 30 bilhões de arrecadação. Isso, por outro lado, acendeu a luz amarela entre os economistas fiscalistas. Como aceitar um rombo no orçamento já do ano que vem, que está em discussão no Congresso?

Na conta de Everardo a carga aumenta para as empresas.

— Uma empresa no lucro real paga hoje 34%. Baixa a alíquota padrão de 15% para 2,5%. Tem o adicional de 10% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 9%. Já deu 21,5%. Sobraram 78,5% depois do pagamento de impostos. Pega isso e distribui de lucro, aplica a alíquota de 20%, aí dá 15,7% que somado ao 21,5% dá 37,2%. Isso é mais do que 34% — diz o ex-secretário.

O relator fez um esforço para falar com o máximo de gente possível e tirou alguns pontos bem controversos do projeto, mas não todos. Ele tentou consertar a proposta desequilibrada que saiu do Executivo. A grande dúvida é como o Ministério da Economia errou no seu *core business*. Nada é mais fazendário do que a estrutura de impostos. Ontem, Paulo Guedes admitiu ter errado na “dosimetria”. Não foi apenas isso. Errou redondamente.

Rombo de R\$ 30 bi na reforma acende sinal de alerta

Economistas avaliam que redução de carga prevista na proposta para modificar o Imposto de Renda terá impacto nas contas públicas. Ministro diz que ‘não tem problema’, pois alta da arrecadação compensaria as mudanças

JOÃO SORIMA NETO, GABRIEL SHINOHARA E ELIANE OLIVEIRA
 economia@oglobo.com.br
 SÃO PAULO E RIO

O rombo de R\$ 30 bilhões previsto no relatório do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) com a mudança nas regras do Imposto de Renda preocupa economistas que acompanham as contas públicas. A avaliação é que a proposta não trará crescimento suficiente para compensar a perda de arrecadação. E a redução à metade dos tributos para empresas — de 25% para 12,5% — afetará o caixa de estados e municípios, com os quais a União compartilha essa receita.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, contudo, afirmou ontem, em transmissão ao vivo realizada pelo jornal Valor Econômico, que “não tem problema”. Segundo ele, o aumento da arrecadação de R\$ 100 bilhões este ano, acima do previsto, já seria suficiente para compensar a redução da entrada de recursos nos cofres públicos em razão do corte de tributos.

— Esse aumento de arrecadação é estrutural, é só o nível do PIB. Mesmo se o PIB crescer zero daqui pra frente, só a volta do PIB até agora já significa um aumento de R\$ 100 bilhões acima do previsto. Então, se erramos os R\$ 30 bi-

lhões na reforma, não tem problema. Já está pago, antes de começar a reforma já está pago — disse o ministro.

Guedes ressaltou que gostaria que o impacto da proposta fosse neutro, mas afirmou que é melhor errar na direção de uma redução de carga tributária do que de um aumento. Cálculos divulgados pela Receita antes das alterações feitas pelo relator indicavam aumento de R\$ 6,15 bilhões na arrecadação em três anos.

CONSUMO E FOLHA DE SALÁRIO

Para o economista Bernard Appy, fundador do Centro de Cidadania Fiscal e um dos mentores da reforma tributária prevista na PEC 45, que foi deixada de lado pelo governo, se a avaliação da União é que há espaço fiscal para reduzir os impostos das empresas à metade, seria possível tratar de duas bases que são sobretaxadas no país: a folha de salário e o consumo.

— O efeito no crescimento do país, na formalização de empresas e na justiça distributiva seria maior — disse Appy.

O economista lembra que a Reforma da Previdência trouxe uma redução de despesas em dez anos estimada em R\$ 1 trilhão. No mesmo período, os termos da reforma do IR resultam em perda de R\$ 300 bilhões em arrecadação.



Foco. Para Guedes, é melhor errar com redução da carga tributária do que com aumento do peso dos impostos

— Não faz sentido. Temos um problema fiscal, e o governo poderia aumentar o IR sobre aplicações financeiras e de brasileiros de alta renda para reduzir a tributação do consumo e da folha de salários — disse Appy.

Ele ressaltou que a redução da tributação do lucro das empresas não foi positiva em termos de crescimento econômico dos países que adotaram.

Para Fábio Klein, economista da Tendências Consultoria e

especialista em macroeconomia e finanças públicas, qualquer R\$ 1 bilhão de perda de arrecadação para um país que trabalha com déficit fiscal ocupa. Para ele, não faz sentido perder R\$ 30 bilhões, valor que vai impactar negativamente as contas do governo:

— E a perspectiva de déficit no médio e longo prazos piorou. Na nossa estimativa, o país só volta ao superávit primário em 2026. Além disso, com a inflação ampliando o teto de gastos (regra que limi-

Parlamentares lançam frente pela desoneração da folha

> Uma frente parlamentar com 194 deputados e seis senadores foi lançada, ontem, em defesa da desoneração da folha de pagamento.

> A ideia é que a medida, em vigor até dezembro, seja permanente e para todos os setores. Haverá audiências públicas para fazer um texto.

ta o crescimento das despesas públicas) e a possibilidade de mais R\$ 30 bilhões em despesas do governo, em 2022, o déficit pode aumentar em R\$ 60 bilhões.

Para ele, chama a atenção o fato de Guedes avaliar que está tudo bem perder R\$ 30 bilhões em receita:

— Este ano e no próximo, a dívida pública deve ficar em 86% do PIB, uma queda em relação a 2020, quando ficou em 89,3% do PIB. Mas os motivos dessa queda não são nobres. Tem inflação e as devoluções do BNDES ao governo. É uma queda conjuntural, que esconde problemas estruturais. Deve subir em 2023, ainda mais se houver perda de arrecadação em 2022.

QUALIDADE DOS TRIBUTOS

Para o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, a proposta do governo vai na direção correta ao reduzir impostos de empresas:

— Já não existe a percepção de controlar a dívida pública a qualquer preço. A relação dívida/PIB que temos pode ser bem maior, sem causar inflação. Atualmente, o objetivo é melhorar a qualidade dos tributos, com redução de carga.

Ele avalia que a perda de arrecadação bate nas contas de estados e municípios, mas a União deveria fazer mecanismos de compensação.

Governo atrela novo Bolsa Família à taxaço de dividendo

Palácio do Planalto envia ao Congresso plano para viabilizar novo programa social, que só sai do papel com recursos da reforma



MANOEL VENTURA
 manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
 BRASÍLIA

O Palácio do Planalto enviou ao Congresso ontem um projeto que viabiliza a criação do novo programa social do governo, que substituirá o Bolsa Família. A proposta atrela o novo benefício à aprovação da taxaço de lucros e dividendos prevista na reforma tributária em discussão na Câmara.

O texto altera a Lei de Dire-

trizes Orçamentárias (LDO) deste ano para permitir que propostas legislativas enviadas pelo Executivo, mas ainda não aprovadas pelo Congresso, sejam consideradas como medidas de compensação financeira a novos gastos.

Como parte da plataforma eleitoral do presidente Jair Bolsonaro, o governo quer aumentar o Bolsa Família e dar um novo nome ao programa, que custará

R\$ 53 bilhões em 2022.

Na nova versão do Bolsa Família, o valor médio do benefício, que está em R\$ 189, deve ficar em torno de R\$ 270. O governo pretende incluir três milhões de famílias, alcançando 17 milhões.

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que a criação de despesa permanente seja compensada com receita permanente. Por isso, a equipe econômica decidiu usar a taxaço de dividendos. A reforma tributária prevê alíquota de 20% sobre dividendos.

Apesar de abrir caminho para criar o programa, ele só será executado após a aprovação da taxaço de lucros e dividendos, segundo o texto enviado ao Congresso. O governo pretende arrecadar R\$ 19 bilhões com o imposto em 2022.

Com a medida, o governo tenta garantir que a taxaço de dividendos seja aprovada.

O governo precisa começar os pagamentos do novo programa em 2021, por causa das restrições impostas pela lei eleitoral. Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o Bolsa Família será um dos contemplados com a reforma tributária, mas lembrou que os recursos precisam ser carimbados:

— O Brasil é um país carimbador de recursos. Se eu usar os R\$ 100 bilhões (de excesso de arrecadação) para pagar os R\$ 30 bilhões de redução na arrecadação previsto pelo relator da reforma, vão dizer que pode. Mas se eu pegar os R\$ 100 bilhões para pagar o Bolsa Família, dirão que não pode.